

Diário do Legislativo de 26/07/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 93ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Cristiano Canêdo, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, Vereador Joaquim Garcia Morato Filho, encaminhando a Moção de Apoio nº 102/2002, do Vereador Maurílio Oliveira Brandão, em que se solicita da comissão a aprovação de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.179/2002, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do IMA. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.899/2001 (relator: Deputado Sargento Rodrigues) e o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta (relator: Deputado Cristiano Canêdo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de 20/6/2002, às 10 horas, destinada a apreciar parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.774/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente - Rogério Correia - Jorge Eduardo de Oliveira - Sebastião Navarro Vieira - Antônio Carlos Andrada.

ATA DA 87ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Jorge Eduardo de Oliveira, Paulo Piau e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a debater, em audiência pública, os critérios que estão sendo adotados pelos cartórios no registro das áreas de reserva legal dos imóveis rurais e a atuação da Polícia Florestal e Rural do Estado. Logo após, redistribui os Projetos de Lei nºs 782/99 ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; e 1.310/2000, ao Deputado Kemil Kumaira. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Emenda nº 1, na forma da Subemenda nº 1, ao Projeto de Lei nº 782/99 (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira); e o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.310/2000 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Kemil Kumaira); Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.153/2002 (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira). A Presidência transforma a reunião em audiência pública para que se possam discutir os critérios que estão sendo adotados pelos cartórios no registro das áreas de reserva legal dos imóveis rurais e a atuação da Polícia Florestal no Estado. A seguir, registra a presença dos Srs. Major PM Aryone Juarez de Almeida Júnior, representando o Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG; Sérgio Luiz Rocha, Diretor do Departamento de Fiscalização da Corregedoria-Geral de Justiça e representante do Corregedor-Geral; Carlos Alberto Oliveira, assessor e representante do Presidente da FAEMG; Francisco José Resende dos Santos, Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUS -; César Augusto Maximiano Estanislau, Diretor de Monitoramento e Controle de Pesca, representando o Diretor-Geral do IEF; Luciano Luz Badini Martins e

Carlos Eduardo Dutra Pires, Promotores de Justiça do Ministério Público deste Estado; Eugênio Klein Dutra, Presidente do SINOREG; Eduardo Nascimento, assessor da FETAEMG; Humberto Ferreira da Cunha Júnior, Vereador à Câmara Municipal de Santa Juliana; representantes de sindicatos e entidades ligadas ao setor rural. A Presidência tece considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão. Por sugestão do Deputado Paulo Piau, fica acertado que o Dr. Luciano Luz Badini Martins, representante do Ministério Público, marcará reunião com o Procurador-Geral daquele órgão para discutirem o registro das áreas de reserva legal dos imóveis rurais no Estado, com representantes do Ministério Público, da Corregedoria de Justiça, da FAEMG, da FETAEMG, do IEF e desta Assembléia Legislativa, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Jorge Eduardo de Oliveira - Márcio Cunha.

ATA DA 20ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Agostinho Patrús e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.158/2002 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.186/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Maria José Haueisen em que solicita a realização de audiência pública da Comissão destinada a debater o processo de validação dos cursos ministrados pelo Colégio Opção, na região Norte de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2002.

Maria José Haueisen, Presidente - Doutor Viana.

ATA DA 91ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Arlen Santiago, Rêmoló Aloise e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Luiz Fernando Faria, por indicação da Liderança do PPB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ildeu Gabriel de Andrade, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da Caixa Econômica Federal (7), publicados no "Diário do Legislativo" do dia 20/6/2002; Aliator Silveira, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal (3); José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social e José Roberto Avelar, Coordenador do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF-MG, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 21/6/2002; Elvécio Lucas de Bastos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, e Joe Bontempo, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 22/6/2002; e José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.899/2001 e 1.944/2002, no 2º turno (Deputado Ivair Nogueira), 1.910/2001, no 1º turno (Deputado Rêmoló Aloise) e 2.009/2002, no 2º turno (Deputado Luiz Fernando Faria). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.373/2001 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.742/2001 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.755/2001 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: ao Deputado Arlen Santiago); 1.853/2001 com a Emenda nº1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.897/2001 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.978/2002 na forma apresentada (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.783/2001 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas em Plenário (relator: Deputado Arlen Santiago); 1.877/2001 na forma proposta (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.029/2002 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e com a Emenda nº 3 apresentada (redistribuída ao Deputado Arlen Santiago); 2.043/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2 (redistribuída ao Deputado Arlen Santiago); 2.057/2002 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 2.087/2002 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (redistribuída ao Deputado Arlen Santiago); 2.090/2002 na forma do Substitutivo nº 1 apresentado. Com a aprovação do Substitutivo, a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça fica prejudicada (redistribuída ao Deputado Arlen Santiago); 2.091/2002 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Arlen Santiago); 2.126/2002 na forma proposta (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 2.169/2002 na forma originária (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.170/2002 na forma originária (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.179/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Arlen Santiago). Os Projetos de Lei nº 2.095 e 2.119/2002, no 1º turno, são retirados da pauta, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 518/99, no 2º turno, 1.543 e 1.637/2001, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Rêmoló Aloise e Dalmo Ribeiro Silva. O Projeto de Lei nº 1.988/2002, no 1º turno, tem sua discussão adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 3.417 e 3.426/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmoló Aloise - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 52ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, João Leite, Márcio Kangussu e Benê Guedes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a violência contra profissionais da área de saúde, bem como a apreciar a matéria constante na pauta, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Sr. Bonifácio Andrada, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.243/2002, publicado no "Diário do Legislativo" em 22/6/2002; do Cel. PM Severo Augusto da Silva Neto, Chefe do Estado-Maior da PMMG, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 2.723/2001; do Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG, encaminhando esclarecimentos com relação aos Requerimentos nºs 2.066 e 2.765/2001, e do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, agradecendo votos de congratulações formulados por esta Casa, publicados no "Diário do Legislativo" em 20/6/2002; do Cel. PM Ricard Franco Gontijo, Subchefe do EMPM, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.998/2001 e do Sr. Sérgio Francisco de Freitas, Corregedor-Geral de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.971/2001, da Comissão, publicados no "Diário do Legislativo" em 21/6/2002; e da Central Estadual Contra a Tortura, encaminhando cópia de denúncias relativas a crimes de tortura praticados por policial militar; convites do NEP - Centro Cultural do Instituto Raul Soares, para a apresentação da monografia "O Psicótico Infrator no Instituto Raul Soares: Intervenções Clínicas Possíveis", no dia 28/6/2002; do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais - SINMED - MG, para a mesa redonda "Cidadania e Violência", no dia 29/6/2002; e um exemplar do jornal "Perspectiva" - informativo da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 41/2001, no 1º turno (Deputado Márcio Kangussu). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 3.415 e 3.416/2002. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Edson Rezende em que solicita seja realizada audiência pública para debater denúncias de agressão, constrangimento ilegal, abuso de autoridade e ameaças praticadas por policiais militares do destacamento do Município de Cláudio; Márcio Kangussu em que solicita seja expedido ofício ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação para que seja viabilizada a inclusão da disciplina Direitos Humanos no currículo escolar; seja expedido ofício ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para que seja restabelecido o funcionamento da vara especializada de trânsito nesta Capital; seja enviado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de designação de um médico legista para prestar serviços na Delegacia Regional de Pedra Azul e seja realizada audiência pública, com convidados e Deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e da Comissão de Assuntos Municipais, para debaterem os problemas que impedem a obtenção do licenciamento ambiental necessário à construção da Usina Hidrelétrica Murta. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença do Cel. PM Musso José Veloso, Comandante do Policiamento da Capital, representando o Cel. PM Severo Augusto da Silva Neto, Chefe do Estado-Maior da PMMG; dos Srs. Ivan Batista Coelho, consultor técnico especializado, representando Evilásio Teubner Ferreira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Robson Itamar da Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - SINDIBEL; e Guilherme Ribeiro Câmara, Vice-Diretor de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Médicos, os quais tomam assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam da reunião os Srs. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional; Marcelo Rezende de Souza e Marcos Helênio Leoni Pena, Diretor-Geral e Diretor de Cidadania do ITER, respectivamente; e a Sra. Moema de Fátima Salles Rocha, mediadora de conflitos do INCRA; os quais discorrem sobre os conflitos agrários. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - Edson Rezende - João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre a indicação de membros do Conselho Estadual de Educação

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Eduardo Brandão e Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo este ao Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e esclarece não haver ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator. O Presidente "ad hoc" solicita a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira a ser o escrutinador. Apurados os votos, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira proclama o resultado, sendo eleito, para Presidente, o Deputado Ermano Batista e, para Vice-Presidente, o Deputado Eduardo Brandão, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" dá posse ao Deputado Eduardo Brandão como Vice-Presidente que, por sua vez, dá posse ao Presidente eleito. Este agradece a escolha de seu nome como Presidente da Comissão e, na oportunidade, designa como relator o Deputado Eduardo Brandão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau - Eduardo Brandão - Doutor Viana.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/8/2002, às 14 horas, no Plenário desta Casa, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Parecer nº 100/2002, de 13/3/2002, do Conselho Nacional de Educação, que prevê a redução da carga horária de cursos superiores, possibilitando a graduação em 3 anos.

Sala das Comissões, 25 de julho de 2002.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.193/2002

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Ivo José, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Alternativos na Saúde Naturalista do Estado de Minas Gerais, com sede no Município de Governador Valadares.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A citada Associação, entidade civil sem fins lucrativos foi fundada com o objetivo de criar mecanismos para estudo do patrimônio ecológico, visando à preservação da flora e fauna, de rios e lagos. Promove, também, a educação ambiental, estudos sobre alimentação natural, feiras e exposições de produtos isentos de substâncias químicas.

Suas ações têm como meta infundir na sociedade os valores que preconizam o desenvolvimento com pleno respeito à natureza.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.193/2002 na forma proposta.

Sala das Comissões, 24 de julho de 2002.

Fábio Avelar, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/7/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Paulo

exonerando, a partir de 26/7/2002, Nelson Cândido da Rocha do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 26/7/2002, Vanessa Maria Avelar dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Nelson Cândido da Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Vanessa Maria Avelar dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Vilmar Braga dos Santos para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratadas: SMP&B Comunicação Ltda. e Perfil Promoções e Publicidade Ltda. Objeto: prestação de serviços de planejamento, criação, produção, distribuição para veiculação, supervisão, avaliação e acompanhamento de campanhas publicitárias, promoção, pesquisas, eventos, incluindo o fornecimento de materiais de divulgação pertinentes e os demais serviços necessários à complementação das ações de comunicação social da Contratante. Objeto deste aditamento: alteração da subcláusula 5.3 e inclusão da subcláusula 5.3.2 no termo do contrato original (forma de pagamento). Vigência: a partir de 2/7/2002.